
FASSIN, Didier; BOUAGGA, Yasmine; COUTANT, Isabelle; EIDELIMAN, Jean-Sébastien; FERNANDEZ, Fabrice; FISCHER, Nicolas; KOBELINSKY, Carolina; MAKAREMI, Chowra; MAZOUZ, Sarah; ROUX, Sébastien. *Juger, réprimer, accompagner: essai sur la morale de l'État*. Paris: Éditions du Seuil, 2013. 416 p.

*Sara Leon Spesny**

École des Hautes Études en Sciences Sociales – França

Essa obra coletiva apresenta pesquisas feitas pelos integrantes do grupo de investigação *Morals*.¹ O coordenador desse grupo e primeiro autor do livro, Didier Fassin, é atualmente James D. Wolfensohn Professor do Institute for Advanced Studies da Universidade de Princeton, Estados Unidos da América, e professor e diretor de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales, França.

O livro propõe uma leitura renovada do Estado contemporâneo. Por um lado, com uma análise da genealogia (no sentido foucauldiano) das políticas de imigração e asilo, de segurança e prisão, de inserção social e assistência, e, por outro, com etnografias nas instituições que aplicam estas políticas.

Assim, a obra é um conjunto de nove pesquisas feitas ao longo de cinco anos que enfocam diferentes instituições públicas francesas: a polícia, a justiça, a prisão, os serviços sociais e de saúde mental. Segundo os autores essas instituições atendem, em grande parte, aos mesmos grupos minoritários, de origem popular e imigrante e muitas vezes jovens.

A premissa da obra é que o Estado não constitui uma entidade neutra nem abstrata, ao contrário, ele constitui-se de agentes, práticas, discursos e relações que conformam uma realidade concreta historicamente situada, na qual circulam emoções, valores e afetos. Nesse sentido, os autores procuram

* Doutoranda em Antropologia.

¹ Projeto financiado pelo European Research Council, e desenvolvido na Princeton University, Estados Unidos da América, e na École des Hautes Études en Sciences Sociales, França

entender essas interações, usando como base a perspectiva teórica proposta por Fassin: *anthropologie morale critique*.

Para os autores, o Estado nas sociedades contemporâneas tem uma dupla dimensão quando se trata das políticas de segurança, em que ordem e benevolência, inserção e coerção conjugam-se continuamente tanto em termos “públicos” como “sociais”. Essa dualidade reflete a tensões do Estado social e o Estado penal, onde as fronteiras entre as categorias de “perigosos” e “em perigo” são finas e porosas. O Estado governa as populações através de seus profissionais que aplicam e reproduzem a ação pública. Assim, ele é encarnado por esses agentes que aplicam as políticas e procedimentos, mas tem uma margem de interpretação e de ação, como indicam os autores na introdução da obra: “ils ne se contentent pas d’appliquer la politique de l’État, ils la font; ils sont l’État” (p. 17). Consequentemente, as instituições não atuam somente como burocracias neutras e imparciais, elas aplicam também valores, afetos, julgamentos e sentimentos.

Dois conceitos centrais são utilizados nessa obra: economias morais e subjetividades morais.² As economias morais referem-se a produção, circulação e apropriação de valores e afetos num espaço social determinado. Estas caracterizam a forma de abordar uma questão social em termos de sentimentos e julgamentos (no sentido comum) num momento histórico e um mundo social particular. Por outro lado, as subjetividades morais são os processos nos quais os indivíduos executam práticas éticas consigo ou com os outros. Refletem autonomia e liberdade dos agentes, sobretudo em momentos de sentimentos contraditórios ou conflitos. Assim, as subjetividades morais integram todas as formas em que as práticas adquirem conteúdos morais.

Economias morais e subjetividades morais encontram-se articuladas no cotidiano das instituições, no jogo de valores e de afetos que se mobilizam sobre questões sociais através das respostas concretas dos agentes.

O livro, estruturado em três partes, apresenta na primeira delas, *Juger*, três capítulos nos quais é analisada a forma de julgar as populações. O primeiro estuda o lógica dos mandados de prisão feitos pelos juízes penais em casos de julgamentos rápidos (processos que na França são denominados *comparution*

² Nessa obra não se elabora detalhadamente esses conceitos. No entanto, é possível ter um melhor entendimento com material anteriormente publicado; ver Fassin (2009) e Fassin e Eideliman (2012).

immédiate para casos, por exemplo, de delitos em flagrante). Elementos que individualizam a pena são utilizados, como a atitude do indivíduo, seu contexto familiar e o delito cometido, se é reincidente na justiça, etc. O segundo capítulo apresenta o funcionamento dos julgamentos de estrangeiros, no qual o juízes decidem se os imigrantes podem ficar no território francês ou se serão expulsos, ditada assim uma *mesure d'éloignement*. A trajetória individual dos juízes assim como o *ethos* profissional enquadram uma política que oscila entre repressiva e compassiva com os estrangeiros. O terceiro capítulo explora como se avaliam os casos de pedido de asilo na França. Aqui, também as sentenças dos juízes (entre outros agentes) refletem trajetórias e ideologias pessoais, assim como as narrativas dos refugiados, divididas sempre entre honestas e falsas. Entretanto, observa-se que a suspeita dos solicitantes de asilo prepondera.

Na segunda parte, *Réprimer*, três capítulos desenvolvem as temáticas da repressão das populações. O primeiro capítulo apresenta os desvios de conduta de policiais e as justificativas morais destes. Assim, *a priori* as populações excluídas da comunidade moral dos policiais (em termos gerais) são os imigrantes, os *roms* (ciganos) e os jovens de origem magrebina ou subsaariana. Esses grupos são cotidianamente sujeitos a discriminações, assim como a práticas abusivas por parte dos policiais. No segundo capítulo apresenta-se o processo de humanização das penas carcerárias e os sentimentos morais que as acompanham. Aqui, uma hierarquia dos detidos é moralmente percebida, e distingue aqueles capazes de mudar seu comportamento dos irresponsáveis, considerados como irrecuperáveis. No terceiro capítulo explora-se o mundo do trabalho social no meio carcerário (concretamente dos conselheiros penitenciários), onde a dimensão de “segurança” tem deslocado a “social”.

A última parte, *Accompagner*, também é composta de três capítulos. O primeiro analisa, através dos profissionais, a atenção dada às crianças e adolescentes acompanhados em uma *unité éducative de milieu ouvert*. Nessas unidades entrecruzam-se a justiça e o trabalho social, onde são expressas tensões políticas e morais. O segundo capítulo enfoca a atenção dada aos adolescentes “problemáticos” em uma *maison des adolescents*. Nesses centros especializados “de escuta” o Estado tenta tomar conta de problemas considerados individuais, mas que refletem uma problemática social (em um processo de “psicologização” dos problemas sociais). Finalmente, o último capítulo estuda as ações e paradoxos de uma *mission locale* (centro de apoio

para procurar trabalho, dirigido especialmente aos jovens desempregados). Tentando tornar os jovens mais “empregáveis”, entrecruzam-se problemáticas de estigma e moralização.

Através de todos esses casos apresentados, revela-se como o Estado atua e pensa, assim como mobiliza sentimentos e emoções para seus públicos.

As populações-alvo dessas políticas caracterizam-se por sua precariedade econômica e jurídica, e caminham de um lado ao outro a linha moral entre vítima e suspeito, ilegítimo e vulnerável. Por consequência, inspiram tanto compaixão como repressão. Assim, o Estado social, que perde força, simultaneamente com um Estado penal que se expande, reforçam um Estado liberal (no sentido da filosofia clássica, ou seja no âmbito político e moral) que dita, em nome da defesa das liberdades de cada um, indivíduos livremente responsáveis e amarrados a seus atos.

A obra finalmente coloca numa posição privilegiada a pesquisa etnográfica, sendo apresentada como a ferramenta antropológica por excelência, revelando, nesse caso, as interações do cotidiano, onde a aplicação de regras e procedimentos mobilizam-se também com valores, afetos e julgamentos sobre os grupos-alvo dessas ações. As emoções ou atos frente a essas situações conformam o que os autores denominam *la morale de l'État*. Dessa maneira, os autores concluem sobre a necessidade de repensar os Estados contemporâneos em termos de desigualdade e injustiça. Assim, a centralidade da obra no contexto francês (especificamente na área metropolitana parisiense) não é limitante para pensar os Estados contemporâneos em outros contextos, tendo em conta que os conceitos de economias morais e subjetividades morais apresentam-se como novas ferramentas de análise no campo das ciências sociais.

Referências

FASSIN, D. Les économies morales revisitées. *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, année 64, n. 6, p. 1237-1266, 2009.

FASSIN, D.; EIDELIMAN, J. S. *Économies morales contemporaines*. Paris: La Découverte, 2012.